



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

239
Assinado
Ju.

ATA N.º 12/2012

-----Ata da reunião ordinária realizada aos vinte sete dias do mês de junho do ano de dois mil e doze.-----

-----Aos vinte sete dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. **Aprovação das atas das reuniões anteriores.**
2. **Intervenção do público.**
3. **Período Antes da Ordem do Dia.**
4. **Ordem do Dia**
 - 4.1. **Pedido de subsídio, formulado pelo CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas, referente à XXX Edição 12Kms. Manteigas - Penhas Douradas.**
 - 4.2. **Deliberação sobre a comparticipação das obras realizadas no bloco A, do Bairro 25 de Abril.**
 - 4.3. **Análise e decisão no âmbito do artigo 17º, da Lei nº 22/2012, de 30 de maio (Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica).**
5. **Conhecimento dos Atos Praticados por Delegação de Competências.**

Aprovação das atas das reuniões anteriores.-----

-----Achadas conforme, as atas das reuniões anteriores foram aprovadas, por unanimidade, e assinadas, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de os seus textos terem sido, previamente, distribuídos.-----

Intervenção do público.-----

-----Inscreveram-se o Senhor João Paiva Neto Caramelo e a Senhora Olga Maria Duarte David, a fim de intervirem neste período.-----

-----O Senhor João Paiva Neto Caramelo expôs que o motivo que o trazia à reunião era um problema, que se arrasta há anos, relacionado com a levada Nova: a água que entra na rede do regadio, ao pé da ETAR tem estado a dar vários problemas. Entope-se o cano onde descarrega



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

a água para a ETAR, o que não deve acontecer. O tampão da estrada levanta e a água corre pela estrada. -----

Prosseguiu dizendo que, enquanto não for alterada a entrada da água, no ribeiro dos Sequeiros, nunca se vai conseguir tirar aquela água, embora exista um prédio que dá acesso ao ribeiro da Granja, que é a única descarga direta. -----

Continuou dizendo que existe outra descarga para o ribeiro dos Sequeiros, que está complicada, visto que está a contribuir para a eventual queda de paredes, designadamente nos terrenos do Dr. Luís Melo, porque a água é em tão grande quantidade que entope o cano de plástico onde corre e não tem uma descarga aberta para o ribeiro. Com o seu entupimento, a água transborda para fora da levada. É um problema que existe desde que foi construída a levada. Na altura, algumas pessoas que acompanharam as obras disseram que era melhor ficar aberta para a descarga no ribeiro, outras disseram que não. O resultado está à vista: com a passagem dos anos, há paredes que se desmoronaram e não se consegue retirar a água que entra no regadio, que vai pela Várzea abaixo, porque entope e salta por cima da grade que existe no local, entupindo-se as manilhas pelo caminho abaixo. -----

Prosseguiu dizendo que, certas pessoas, seja no verão, seja no inverno, apoderam-se das águas para os seus terrenos. Está à vista do público: junto à ETAR, no terreno do senhor António Sebastião, de inverno, também se forma uma camada de gelo numa área. De verão, o senhor tira o feno (demora quinze dias a realizar o trabalho) e depois mete a água no terreno, que anda lá todos os dias. -----

Continuou dizendo que no caminho de Santo André, quando se volta para as Regadas, acontece a mesma coisa: a água está a saltar das paredes, atravessa a ponte e vai até ao jardim que lá foi construído recentemente. De inverno, as águas enlameiradas gelam, transformando o local numa pista de ski. De verão, as águas devem voltar para o rio. -----

Salientou que não estava a criticar ninguém, todavia esta situação tanto acontece na rua de Santo André, como no terreno junto do senhor António Sebastião, ou dos herdeiros. -----

Prosseguiu dizendo que algo está mal, para todos os municípios de Manteigas, tendo em conta a água. Sabe que os senhores da Águas do Zêzere e Côa já foram à Levada Nova e não querem lá a água, porém ninguém consegue tirá-la, porque há pessoas que, em vez de deitarem a água ao ribeiro, não vão. Evocou que, em primeiro, antes de entrar a água da Levada Nova, as pessoas não tinham água para regadio e andavam ao "faz favor" e ocorriam conflitos. A Junta de Freguesia de Santa Maria realizou um trabalho e foi paga pelos regantes (que têm lá acesso) a colocação de uma entrada de água (que antigamente era uma vala). Contudo, a água está sempre a cair para a levada e está sempre a correr e vai cair junto ao terreno da sua sogra, o que lhe custa a aceitar. Continuou dizendo que esses açudes foram construídos por causa da



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 241 -
António José Fraga
João Paiva Neto
António Sebastião

proteção dos peixes todavia, não entende a finalidade desses atos quando propriamente essas águas deveriam entrar ao rio, para alimentação dos açudes e das espécies aquáticas. De seguida, referiu que o Clube de Caça e Pesca havia de analisar e ajudar a resolver estes problemas, visto que essas águas fazem falta ao rio.-----

Prosseguiu interrogando sobre, relativamente à Levada Nova, quando cair, quem é que vai resolver o problema? Várias vezes os regantes têm falado no sentido de a arranjamem, mas há senhores que não querem que seja feito. Continuou dizendo que, na altura, foi eleito para a coordenação da comissão para o arranjo da Levada Nova e da Lapa. Foi-lhe dito que, a partir daí, iriam tirar uma quantia em dinheiro, de cada regante, para que ficasse uma verba reservada para as reparações da levada. Contudo, isso nunca funcionou. Quando cair, vai ser problemático, assim como outras levadas que foram arranjadas, que já estão com os ferros todos à vista, porque algumas pessoas não estão interessadas em intervir. Depois vêm pedir à Câmara Municipal ou à Junta de Freguesia para fazerem as reparações, quando estas situações podiam ser evitadas.-----

-----O Senhor Presidente informou que tinha tomado nota da situação apresentada, acrescentando que, tudo aquilo que à Câmara dissesse respeito, seria devidamente analisado e resolvido, nomeadamente dar apoio à reparação de uma ou outra levada. No que toca à questão da gestão da água de regadio considera não ser um assunto que diga respeito à Câmara, mas aos regantes ou proprietários das terras que se devem organizar para resolver esses problemas. A Câmara não vai resolver o problema da água que está retida nos campos e que não é libertada para o rio ou para as outras propriedades, mas quanto à eventual entrada da água de regadio no sistema de saneamento, a Câmara irá verificar e tentar solucionar a situação. -----

Sugeriu ainda que os proprietários dos terrenos que utilizam as levadas se deveriam organizar, constituindo comissões de regadios, realizar reuniões periódicas para expor os problemas que vão surgindo e definir as regras de utilização e divisão da água, uma vez que se trata de propriedade privada e a Câmara não tem legitimidade para interferir nesse âmbito.-----

-----O Senhor João Paiva Neto Caramelo informou que tem sido cada vez mais difícil a organização dos regantes e que por isso situações destas repetem-se frequentemente. -----

-----O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga tomou a palavra para lembrar que, já no último ano do anterior executivo tinha alertado para situações idênticas no mesmo local em que a água drenava para um determinado terreno, já mencionado pelo munícipe, devido a sucessivos entupimentos, sendo posteriormente resolvida essa anomalia; no entanto, adiantou que nos últimos tempos não tinha detetado qualquer repetição desse problema. -----

-----O Senhor João Paiva Neto Caramelo esclareceu que essa situação não tem ocorrido, uma vez que a água tem estado a desaguar para o terreno do senhor António Sebastião, ao lado do



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

muro da sogra, além de que, dada a grande quantidade de água, a mesma acaba também por ir parar à estrada. -----

----- O Senhor Presidente adiantou que, no que toca à via pública e aos prejuízos que advém destas situações, nomeadamente a degradação do pavimento, a Câmara tem a obrigação de intervir, enquanto situações causadas por proprietários dos terrenos utilizadores das levadas, relativamente à gestão da água, terão de ser resolvidos pelos próprios, ou recorrer, em último caso, a instâncias superiores. -----

Concluiu dizendo que entendeu a situação descrita, tendo tomado nota da mesma e que iria mandar alguém ao local para averiguar e tentar solucionar a questão, chamando novamente a atenção para a responsabilidade dos utilizadores das levadas no que respeita à gestão da água de regadio. -----

De seguida deu a palavra à Senhora Olga Maria Duarte David. -----

----- A Senhora Olga Maria Duarte David questionou o Senhor Presidente sobre quando é que pretendia efetuar o pagamento referente à reparação do equipamento, uma vez que já foi contactada duas vezes pela pessoa que fez o trabalho, para proceder ao respetivo pagamento. Por outro lado, queria saber qual o motivo pelo qual o Senhor Presidente informou não estar disponível para a receber quando solicitou uma reunião sobre este assunto. -----

Lamentou ainda não ter sido convenientemente atendida por alguns funcionários da Autarquia, nomeadamente, o Senhor Sérgio, o Senhor Engenheiro Sardinha e o Senhor Engenheiro João Gabriel, tendo os mesmos demonstrado, na sua opinião, desinteresse pelo problema apresentado e que por esse motivo se viu obrigada a terminar com o negócio e a sair de Manteigas para garantir o seu sustento. -----

----- O Senhor Presidente começou por referir que lamentava o facto de a munícipe ter sido obrigada a deixar Manteigas para conseguir manter o seu sustento. -----

A seguir informou que a razão pela qual não lhe foi possível recebê-la, se prendia com o simples facto de que aquilo que tinha para lhe dizer já havia sido dito por escrito, através de ofício anteriormente enviado e assinado pelo Presidente da Câmara. -----

No que respeita ao pagamento da reparação das máquinas e após uma série de relatórios técnicos, informou a munícipe que nenhum deles tinha sido conclusivo relativamente à origem do problema, fosse por deficiência da instalação ou por erro humano; o que ficou claro, foi que a munícipe deveria ter efetuado antecipadamente um contrato de fornecimento de energia e não o fez. No entanto, acrescentou que, na dúvida a Câmara Municipal assumiu o pagamento da reparação tendo solicitado, previamente, orçamentos para o efeito. -----

Aproveitou para acrescentar, relativamente a uma questão ainda não abordada que a munícipe, apenas passado algum tempo após a questão da avaria do equipamento, solicitou à Câmara o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 243 -
António
J.M.
O. Duarte
A.

pagamento da carne que se tinha estragado, reivindicação que não havia sido apresentada pela munícipe em tempo algum, não existindo qualquer pedido sobre o assunto; daí considerar não haver condições para aferir se se tinha estragado carne, ou não. Por esse motivo, entende que Câmara não pode assumir o referido pagamento. -----

No que toca aos comentários feitos pela munícipe, relacionados com os funcionários da Autarquia, referiu que os mesmos fazem um ótimo trabalho e têm demonstrado imparcialidade no desempenho da sua missão ajudando a desenvolver o trabalho do Presidente da Câmara, pelo que se considera bastante satisfeito com a atividade desenvolvida e com a forma como se comportam. -----

Em conclusão e retomando o assunto do pagamento da reparação do equipamento, tranquilizou a munícipe informando que o pagamento que a Câmara assumiu, seria tratado diretamente com a empresa que realizou essa reparação. -----

-----A Senhora Olga Maria Duarte David interrompeu para dizer que, no que dizia respeito à carne, tinha enviado uma carta sobre o assunto, dirigida ao Senhor Engenheiro João Gabriel, na qualidade de Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo e que o Senhor Presidente teria mandado arquivar sem dar qualquer resposta. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que as cartas devem ser dirigidas à Câmara Municipal, na pessoa do Presidente da Câmara, sendo posteriormente verificadas, encaminhadas e tratadas, sendo que, no caso da carta enviada pela munícipe, a mesma não apresentava qualquer pedido, antes fazia conjeturas e acusações, pelo que foi arquivada por esse motivo. Adiantou ainda que, na reunião que tinha havido com a munícipe, não lhe tinha sido colocada qualquer questão relacionada com carne estragada, tendo tido conhecimento desse assunto apenas uns dias antes de fechar o talho. -----

-----A Senhora Olga Maria Duarte David confirmou e acrescentou que após essa reunião esteve no gabinete da Senhora Doutora Gabriela Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, a quem informou que não tinha mencionado a questão da carne estragada, tendo sido aconselhada a tratar dos assuntos por partes, ou seja, do equipamento em primeiro lugar e só depois do problema da carne. -----

-----O Senhor Presidente respondeu dizendo que, a regra a ter em conta em situações deste tipo é: avariam-se as máquinas, avariam-se os produtos; logo, se os produtos se encontravam estragados, a primeira providência a tomar seria retirar a carne estragada para ser pesada, contactar a Senhora Veterinária Municipal para fazer a necessária inspeção, apresentando posteriormente o respetivo relatório e, pelo que sabe, nada disto aconteceu. -----

-----A Senhora Olga Maria Duarte David informou que a carne já tinha sido retirada e que a mesma tinha sido entregue ao funcionário da praça municipal para dar aos animais,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

acrescentando que o mesmo não se tinha mostrado disponível para prestar esclarecimentos sobre a questão em caso de necessidade, facto que muito lhe desagradou.-----

----- O Senhor Presidente interrompeu para esclarecer que isso não deveria ter acontecido, pois não é a munícipe que decide para onde deve ser encaminhada a carne estragada, mas sim a Veterinária Municipal, pelo que, nestas circunstâncias é difícil aferir a situação sem que haja documentos que a comprovem.-----

Quanto aos funcionários, acrescenta que os mesmos são chamados a dar a sua opinião, positiva ou negativa, sempre tenham intervenção num processo qualquer, no sentido de habilitar o Presidente da Câmara ou o Executivo a tomar uma decisão e ninguém parece estar nessas condições.-----

----- A Senhora Olga Maria Duarte David aproveitou ainda para referir o atraso na devolução da caução quando decidiu fechar o talho, uma vez que foi obrigada a apresentar um requerimento para o efeito, quando no contrato de arrendamento vem definido que a mesma é devolvida no momento da entrega da chave do espaço arrendado.-----

----- O Senhor Presidente concordou com o facto de lhe terem exigido o requerimento, uma vez que os munícipes têm de informar da sua pretensão, justificá-la e solicitar todos os elementos que lhe estão associados, no caso específico, a devolução da caução respetiva.-----

Por fim, o Senhor Presidente voltou a lamentar que tudo se tenha passado desta forma e que não tenha havido, de facto, circunstâncias que tivessem levado à compreensão dos factos, no momento em foram apresentados; talvez tudo se tivesse resolvido se, de facto, se provasse que aquilo que foi exposto era absolutamente legítimo, mas a questão foi analisada com o sentido de justiça que se entendeu ser a mais apropriado.-----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente tomou da palavra para prestar uma informação ao executivo, relativamente à pretensa posse da água da Fonte Paulo Luís Martins, por parte dos baldios de São Pedro. Começou por informar os presentes que o julgamento, relacionado com a dívida que a Câmara tem tentado cobrar à Firma "Da Nascente", estaria previsto para semana seguinte à reunião; informou que, entretanto, foram apresentados novos documentos em Tribunal, nos quais a empresa "Da Nascente", na qualidade de arguida, atesta a possibilidade de apresentação de documentos que comprovam que a propriedade da água da Fonte Paulo Luís Martins pertence aos baldios e não à Câmara Municipal, juntando, inclusivamente, títulos de registo de propriedade, com a confirmação de um organismo sediado na Guarda, desconhecendo o nome. Informou ainda que o Presidente dos baldios reuniu com o proprietário da empresa "Da Nascente", no sentido de um eventual testemunho em Tribunal, dizendo que o contrato celebrado com a Câmara é nulo e de nenhum efeito, porque a propriedade não é da



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 245 -
Astolfo
J.M.
A

Câmara, mas dos baldios. Em face disto, acrescentou que houve várias tentativas no sentido de obter uma cópia do despacho que atribui à Câmara a concessão, uma vez que o mesmo não constava do processo respetivo, mas apenas um ofício da ARH Tejo, e após inúmeras insistências, foi finalmente conseguido uma cópia do despacho do Senhor Secretário de Estado, que mostrou aos presentes. -----

Comunicou ainda que considera que todo este processo se está a desenrolar de uma forma perfeitamente ignóbil e com a colaboração institucional de alguém que vem reivindicando posse de uma determinada água. Sobre esta questão deveriam ter-se dirigido à Câmara e não à empresa "Da Nascente", tentando renegociar ou negociar qualquer pretensa posse da água que está a ser engarrafada. Estranha também que se realizem reuniões e haja contactos institucionais entre os Baldios e a "Da Nascente" pelo que, fica aqui o conhecimento desse documento que o Conselho Diretivo dos Baldios de São Pedro fez juntar aos autos no processo da Câmara contra a "Da Nascente". -----

Concluiu dizendo que, entretanto, o julgamento tinha sido adiado para o mês de setembro, também por motivo de férias do Juiz, tendo sido atribuído prazo para análise dos documentos entretanto juntos ao processo; informou ainda que nessa data e quase em simultâneo será realizada a audiência do segundo processo de injunção. -----

De seguida e na sequência do falecimento do Senhor D. Albino Cleto, propôs um voto de pesar que a seguir se transcreve: -----

"VOTO DE PESAR

D. Albino Mamede Cleto nasceu a 3 de Março de 1935 na freguesia de São Pedro de Manteigas.

Frequentou o seminário do Patriarcado de Lisboa, comunidade onde foi ordenado padre a 15 de Agosto de 1959. Estudou na Universidade Clássica de Lisboa, onde obteve, na faculdade de Letras, a licenciatura em Românicas e foi professor ocasional, na Universidade Católica de Lisboa, de Línguas e Literatura.

No exercício do seu ministério presbiteral, na Diocese de Lisboa, fez parte da equipa formadora do Seminário de Almada como perfeito de estudos e Vice-Reitor; presidiu à comissão administrativa do Santuário de Cristo Rei; foi pároco da Paróquia da Estrela e membro da Comissão Diocesana de Arte Sacra do Patriarcado.

A 6 de Dezembro de 1982 foi nomeado bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa, com o título de Elvira, pelo Papa João Paulo II, tendo sido ordenado a 22 de Janeiro de 1983, no Mosteiro dos Jerónimos.

A Santa Sé nomeou-o Bispo Coadjutor de Coimbra no dia 29 de Outubro de 1997, tendo tomado posse no dia 11 de Janeiro de 1998.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por resignação de D. João Alves, assumiu o governo da Diocese de Coimbra a 24 de Março de 2001.

D. Albino Cleto foi também presidente da Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja e vogal da Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais.

A 28 de Abril de 2011, por nomeação de D. Virgílio Antunes, passou a ser administrador apostólico da Diocese de Coimbra, tendo ficado bispo emérito a 10 de julho de 2011.

D. Albino Mamede Cleto legou toda a sua vida à Igreja, destacando-se como formador de jovens para a vida eclesial e como prelado nas Dioceses de Lisboa e Coimbra, tendo sempre evidenciado um relevante interesse pelas actividades culturais.

Era amigo da sua terra natal que visitava com frequência, participando activamente nas tradicionais solenidades religiosas.

Depois da sua resignação escolheu Manteigas para sua residência onde continuou a sua acção pastoral que desde muito cedo abraçou.

A Câmara Municipal de Manteigas, numa manifestação do seu júbilo e interpretando o sentimento colectivo de toda a população do Concelho de Manteigas pela sua nomeação, atribuiu a D. Albino Mamede Cleto, por deliberação de 20/01/1983, a Medalha de Ouro do Concelho.

Com a morte de D. Albino Mamede Cleto, o Concelho de Manteigas perde um dos seus mais ilustres filhos e é com este sentimento de perda que a Câmara Municipal de Manteigas expressa um voto de pesar, endereçando à sua família as mais sentidas condolências."

Sob proposta do Senhor Presidente, o voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aproveitou o momento para lembrar que no dia anterior se tinha realizado o funeral de um antigo Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Afonso Ambrósio, pelo que considerava oportuno ficar registado em ata um voto de pesar pelo seu falecimento, com o mesmo louvor.-----

----- O Senhor Presidente comunicou que desconhecia esse facto, em virtude de ter estado ausente do Concelho, para participar no congresso ibérico e ter regressado naquele mesmo dia. No entanto, concordou com a ideia de ficar registado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Afonso Ambrósio, na qualidade de antigo Presidente da Assembleia.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso alertou o Senhor Presidente para o cheiro nauseabundo que se fazia sentir, naquele dia, na rua Dr. Sobral, com provável origem na má circulação das águas. Adiantou que o mau cheiro já se vinha fazendo sentir há algum tempo



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 247 -
António
José

dentro das instalações da Caixa Geral de Depósitos, mas naquele dia era mais intenso na rua, pelo que solicitava que mandasse verificar a situação. -----

Questionou sobre quais as diligências tomadas e os resultados obtidos dos últimos contactos havidos com o INATEL, relativamente às condições de preferência na frequência das termas pelos idosos do Concelho, uma vez que nada foi dito até ao momento, desde há cerca de quatro anos a esta parte; lembrou que na altura tinha sido sugerido a celebração de um protocolo para esse efeito, em que a Câmara Municipal se comprometia a efetuar o transporte dos utentes. -----

Mencionou a questão da intenção de suspender o cinema, questionando se essa suspensão teria a ver com a época estival, ou por razões de natureza económica.-----

Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a situação da Casa do Povo, sobre o cumprimento dos prazos relativamente às obras que decorrem na Fábrica do Rio e no ninho de empresas da SOTAVE, uma vez que, daquilo que tem observado, se as mesmas não estão paradas, parecem-lhe estar a avançar muito lentamente.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou que, além do CD referente ao PDM que lhes foi facultado, lhes fosse igualmente facultado e entregue um exemplar em papel, no sentido de fazer apreciações, regressos e comparações. -----

Em segundo lugar, questionou o Senhor Presidente sobre se já teria mandado averiguar a demolição, já anteriormente mencionada, levada a efeito na rua do Calvário, em Sameiro

Tomou conhecimento deste processo de demolição aquando da demolição dos edifícios dos CTT. Quando foram pedidos elementos do processo, porquanto o mesmo não tinha sido presente a deliberação do Executivo, nem sujeito a homologação, sendo uma competência delegada no Presidente, a demolição teria que ser dada a conhecer na sessão seguinte. Anexo ao processo dos edifícios dos CTT vinha o processo da rua do Calvário, em Sameiro.-----

Lembrou que na última reunião, o Senhor Presidente informou, a propósito dos cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia, que tinha havido uma reunião com o adjunto do Secretário de Estado da Segurança Social e que ainda iria haver outra com o Secretário de Estado da Saúde. Sobre esta, solicitou esclarecimentos sobre se a referida reunião já teria acontecido e em que fase estaria, o necessário e respetivo contrato relativamente à Unidade de Saúde, mantendo a proposta apresentada há cerca de um mês no sentido de, em colaboração com o Senhor Presidente, ser apresentada uma moção específica e formal da Câmara Municipal junto do Governo. -----

A propósito da informação prestada pelo Senhor Presidente, considera que o facto de alguém pôr em causa a concessão, feita pelo Estado à Câmara Municipal, para exploração da água da Fonte Paulo Luís Martins, é uma atitude que lhe parece perfeitamente fora do circuito razoável da inteligência e do bom senso e da ética e da relação. Acrescentou que se trata de uma água



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

concedida, de abastecimento público e que depois também se qualificou como água de nascente para ser explorada diretamente pela Câmara ou dada à concessão para exploração a terceiros. Disse lamentar o fundamento e o aproveitamento de alguém, designadamente os baldios, se dizer titular e proprietário da água, contrariando a lei, ao tempo e a atual lei da água. A água em abstrato pertence ao Estado e é quem poderá fazer dela e sobre ela o que bem entender, além do mais tratando-se de uma água de nascente reganha jurisdição do Estado. Considera que se trata de mais uma daquelas habilidades jurídicas que os advogados, em sede de contraditório vão explorar, o que lhe parece grave, no mínimo.-----

Acrescentou que de facto, anteriormente sendo ele Presidente havia sucessivas críticas sobre atrasos e paragens em algumas matérias, nomeadamente a fábrica de engarrafamento de água ou o Skiparque, atualmente neste Executivo elas persistem; disse que o mesmo se passa com o edifício da rua Dr. Sobral, junto à igreja de Santa Maria, que no seu entender continua a ameaçar ruína. Tendo sido criticada e retirada a vedação existente agora não está melhor. Considera que o edifício terá sido interiormente demolido sem licença, tendo existido apenas uma autorização *ad'hoc* para o efeito, a alguém conhecido como proprietário do edifício. O mesmo foi autorizado a demolir e deveria ser obrigado a efetuar as necessárias obras de conservação, nos termos da lei. -----

Relativamente ao Centro Histórico, chamou a atenção para a leitura da ata da última sessão da Assembleia Municipal, mais concretamente para a afirmação feita pelo Senhor Presidente da Câmara, quando disse que o que se lá fez, foi dinheiro deitado ao lixo. Esclareceu que o anterior Executivo procedeu ao encaminhamento de águas pluviais e de regadio, ao enterramento de diversas redes, nomeadamente, telefone, televisão, gás, sendo que neste último caso, ainda se encontravam a decorrer as negociações com firmas da especialidade para efetuar a distribuição de gás naquela zona; procedeu ao reencaminhamento da rede de saneamento e foram efetuados pavimentos; desconhece quais os conhecimentos técnicos que o Senhor Presidente possui para poder afirmar que todo aquele material era contra o clima da terra; pelo contrário, considera que o xisto e os materiais usados são adequados ao clima, uma vez que o xisto existe em todo o Concelho, começando no cemitério municipal rumo à Senhora de Fátima e a São Gabriel, logo não aceita as afirmações feitas. Se porventura ocorreu ou continua a ocorrer algum esmagamento será devido à circulação sucessiva de veículos de grande porte naquela área, contrariando o conceito de visita e uso do Centro Histórico.-----

Ainda sobre este assunto e no seguimento daquilo que o Senhor Presidente tem vindo a referir, relativamente à existência de um gabinete de candidaturas próprio, com funcionários próprios, ao contrário do que se verificava anteriormente, em que esses serviços eram contratados a uma empresa de Braga, acrescentou que essa empresa não trazia custos para a Câmara, pois todo o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 249 -
António
M. J. Q.

seu custo era incluído na candidatura. Como exemplo de má gestão e gastos com empresas e não do Gabinete de Candidaturas, apontou um estudo económico mandado elaborar pelo Senhor Presidente, relativo à candidatura do Centro de Interpretação do Vale do Zêzere que, considera ter sido dinheiro muito mal gasto, pois do seu ponto de vista, trata-se apenas de uma simples folha de cálculo e que parte do pressuposto louco em seu entender, de que o Centro iria ter cerca de cem mil visitantes por ano. Considera, de facto, perfeitamente inadequado só para justificar um gasto se encomende um estudo que assenta em dados fictícios a uma empresa de fora. - -----

Explicou com isto, que apenas pretendia dizer que, de cada vez que o Senhor Presidente censura o anterior executivo na Assembleia Municipal, era ética e politicamente aceitável que lhe fosse dada a possibilidade de justapor as suas afirmações, em vez de se aproveitar de um momento em que não lhe é possível falar, como é o caso das assembleias municipais. -----

Continuou dizendo que tinha tido conhecimento de que a Doutora Ana Rapaz, coordenadora dos recursos humanos, se tinha ido embora, pelo que, pelo conhecimento pessoal e profissional que dela possuía, propunha um voto de louvor à sua prestação na Câmara Municipal de Manteigas, se assim o entendessem, ou que ficasse registado em ata a deliberação de que Câmara atribuir efetivamente um voto de louvor. De seguida, disse que também tivera conhecimento da posterior nomeação do Doutor Paulo Costa para desempenhar a função de coordenador dos recursos humanos, pelo que aproveitava a ocasião para felicitar o nomeado para o cargo que passou a ocupar. Evidenciou de seguida que a nomeação suscita algumas questões políticas, uma vez que o funcionário em causa é Presidente da Junta da Freguesia de Santa Maria e membro da Assembleia Municipal. -----

Questionou ainda se já tinha sido feita a apreciação das candidaturas PERID de 2012 e para quando estaria previsto dar conhecimento aos requerentes do resultado dessa análise. -----

-----O Senhor Presidente começou por responder ao Senhor Vereador, Dr. José Manuel Cardoso que, em relação aos maus cheiros na rua Dr. Sobral, era possível que as caixas de saneamento se encontrem secas, devido ao aumento da temperatura que se fez sentir, originando o mau cheiro na via pública. -----

-----O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga explicou que, relativamente a essa situação e outras já identificadas, tinha sido feita há algum tempo, uma limpeza e alguma manutenção, concordando, no entanto, que devido ao calor essas situações se tenham agravado. Informou que iria tomar as devidas providências para que a questão dos maus cheiros fosse resolvida. -----

-----O Senhor Presidente retomou a palavra para informar que, no que respeita ao INATEL, tem havido contactos no sentido de estabelecer pontos de cooperação, sendo que os mesmos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

têm, no entanto, sido infrutíferos, com promessas de reuniões que acabam por não se realizar, podendo eventualmente ter a ver com substituição da equipa diretiva da Fundação. Informou que o que tem sido proveitoso é um projeto rececionado na Câmara, com a arquitetura já aprovada, para a recuperação e requalificação do hotel, melhorando todas as instalações, incluindo a ampliação e requalificação do edifício balnear. Trata-se de uma política que o INATEL tem vindo a desenvolver em todas as unidades do País, constituindo-se efetivamente como um operador económico na área do alojamento, ocupando preferencialmente uma posição forte no mercado em detrimento da função que o INATEL tinha anteriormente. Comunicou que já se deu início a uma pesquisa documental, no sentido de perceber como é todo aquele espaço ficou na posse do INATEL; duvida, no entanto, que com essa pesquisa se consiga concluir, documentalmente, quem era o proprietário inicial daquele equipamento, quem é que o construiu e como é que chegou à posse do INATEL. Informou que logo que houvesse mais elementos sobre este assunto, daria conhecimento aos Senhores Vereadores. -----

Quanto à suspensão do cinema deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga começou por explicar que apenas se suspendeu uma das sessões semanais e não as duas, por um lado, como forma de reduzir os custos e por outro, porque a média de pessoas por sessão efetivamente não o justificava. Entende que esta suspensão não agrada a muitos, mas tendo em atenção os números, não se justificava a manutenção de duas sessões, até porque, o preço do aluguer dos filmes seria o dobro. Ainda assim e considerando que, apesar de, o cinema ter vindo, desde há muito, a dar prejuízo, continuou a manter-se uma sessão semanal de forma a proporcionar algum lazer e diversão à população. -----

----- O Senhor Presidente prosseguiu dizendo que, no que respeita à Casa do Povo, existe um projeto na Câmara, que ainda é do exercício do anterior Executivo, mas que não é possível pôr em prática no momento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu que se referia ao processo de expropriação e se o mesmo já tinha sido concluído. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que o processo de expropriação já se encontrava concluído, tendo inclusivamente havido a nomeação de uma comissão arbitrária. -----

Quanto aos prazos de execução das obras, os mesmos estão a ser cumpridos, tal como previsto no cronograma de financiamento do QREN. -----

Comunicou ao Senhor Vereador, José Manuel Biscaia, que iria providenciar e fazer-lhe chegar um exemplar do PDM em papel para sua melhor consulta. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 251 -
[Handwritten signatures and initials]

Relativamente à demolição de uma casa na rua do Calvário, solicitou ao Senhor Vereador, Marco Veiga para que prestasse todos os esclarecimentos necessários, uma vez que acompanhou o processo de demolição. -----

Aproveitou para informar sobre outra demolição que iria ser realizada em breve, nomeadamente, do edifício sito no início da Travessa de Santo António, em que se torna necessário deslocar um poste com o apoio da PT. -----

No que se refere aos cuidados continuados, comunicou que houve uma reunião com o Adjunto da Secretaria de Estado da Solidariedade Social, da qual lhes foi transmitido o ponto da situação, acrescentando que, logo no dia seguinte, foi enviado um *e-mail* à Câmara Municipal e à Santa Casa da Misericórdia a dar conta dos contactos que estavam a ser feitos com o Instituto da Segurança Social. Acrescentou que estava marcada uma reunião para o dia três de julho, com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, no sentido de obter uma previsão da data em que este equipamento entra em funções, além de todo o processo de protocolos respetivos que é necessário desenvolver entre a Santa Casa da Misericórdia e o Ministério da Solidariedade Social e o Ministério da Saúde, nos quais a Câmara Municipal participará em apoio à resolução desta matéria e, institucionalmente, reivindicando para Manteigas a abertura daquele equipamento. -----

No que diz respeito à posse da água da Fonte Paulo Luís Martins e além do facto de não ter havido tempo suficiente para o senhor Juiz analisar os documentos, entretanto, juntos ao processo, salientou que é igualmente necessário que a Câmara Municipal disponha de um prazo para fazer essa análise documental, a qual já foi iniciada pelo advogado da Câmara, para em tempo útil fazer a devida contestação em Tribunal. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia atalhou para dizer que tinha sido informado de que não haveria medidor de caudal na entrada de água para engarrafamento, sendo que a medição seria feita de uma forma mais ou menos casuística, pelo que questionou o Senhor Presidente da possibilidade de se efetuar uma visita ao mencionado medidor de caudal. -

-----O Senhor Presidente chamou o funcionário, Senhor Rui Ruas, que tem acompanhado as medições realizadas e questionou-o sobre a existência, nas instalações da empresa "DA Nascente", de medidor de caudal da água de engarrafamento. -----

-----O Senhor Rui Ruas confirmou a existência do medidor de caudal, uma vez que mensalmente é recolhida a leitura do mesmo para efeitos de faturação. Adiantou que o referido medidor se encontra instalado junto à ETA. -----

-----O Senhor Presidente acrescentou que o medidor estará então localizado à saída da água e não no interior das instalações da referida empresa. Adiantou que, a existir tentativa de protelar todo o processo de pagamento da água engarrafada, promovendo a água com a qualidade que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tem, trazendo-a aos meios de comunicação como uma das melhores águas do mundo, inibindo a Câmara, de alguma forma, nalguns processos para não prejudicar a qualidade da água, qualidade essa que também prestigia o Concelho, não duvida que facilmente seria colocado um *by-pass* no contador, caso este estivesse localizado nas instalações. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou se o medidor de caudal é comum à empresa e à Câmara. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que apenas a caixa era comum à empresa e à Aguas do Zêzere e Côa, tendo duas saídas niveladas, com saída de água em partes iguais, embora possa haver um maior consumo no engarrafamento do que no consumo doméstico. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia admitiu a surpresa relativamente aos valores da medição serem sistematicamente os mesmos todos os meses. -----

----- O Senhor Rui Ruas informou ainda que a medição é feita de forma presencial e por telegestão para evitar qualquer dúvida. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia insistiu, no entanto, em que se fizesse uma deslocação ao local; tendo em conta que houve um medidor adquirido pela Câmara e que a anterior administração da empresa nunca permitiu que fosse ali instalado, pretende-se assim saber se o mesmo de facto existe e quem o adquiriu. -----

----- O Senhor Presidente concordou com a proposta apresentada pelo Senhor Vereador, sugerindo efetuar a visita ao local no dia da próxima reunião de Câmara. -----

Passando às questões seguintes e no âmbito das apreciações do Senhor Vereador em relação às críticas que eram tecidas sobre a "Da Nascente" e a pista de ski da Relva da Reboleira, considera que no primeiro caso, as mesmas devem ser dirigidas à empresa "Da Nascente", que se recusa a pagar a água, estando, conforme é dito pelo seu principal responsável, com um engarrafamento acima do expectável e a vender em países europeus e inclusivamente países africanos e dizendo nas páginas centrais do Correio da Manhã que é preciso ser cauteloso e não investir tudo de uma vez, criando reservas para o futuro. De facto, ao ler estas afirmações, pensa que existe segurança a fazer dinheiro e a criar reservas e espera que essas reservas sejam para aplicar no Concelho; por tudo isto, acredita na celeridade de resolução deste processo por parte do Tribunal. -----

Quanto à Relva da Reboleira considera que tem um funcionamento melhor do que tinha a determinada altura; existe um contrato firmado, não havendo para já qualquer tipo de incumprimento. Informou ainda que o período de carência está a terminar pelo que as rendas seriam naturalmente faturadas e debitadas, esperando que também fossem pagas. -----

Prosseguiu explicando que, o que disse na Assembleia Municipal sobre o Centro Histórico tinha a ver principalmente com a questão do pavimento e não com todas as obras realizadas naquela



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 253 -
António
Manteigas

zona; de facto, é de opinião que o tipo de pavimento escolhido não resultou, uma vez que se encontra bastante degradado e esse comentário surgiu no seguimento de uma resposta a uma questão colocada por um deputado municipal relativa à data prevista para a resolução daquele problema. -----

No que se refere à Doutora Ana Rapaz e à proposta apresentada pelo Senhor Vereador José Manuel Biscaia, informou que não votaria nenhum voto de louvor a um funcionário, uma vez que a funcionária foi avaliada durante todo o período em que trabalhou na Câmara, entendendo que a melhor forma de compensar a sua boa prestação é exatamente na classificação que lhe foi atribuída. Continuou dizendo que tem apreço pelo trabalho desempenhado por todos os funcionários da Câmara, percebendo as maiores ou menores qualidades de todos, em geral, e de cada um, em particular, no entanto considera existirem formas de avaliação próprias das câmaras municipais sem porem em causa o valor dos funcionários. -----

Relativamente às candidaturas PERID, informou que as mesmas já tinham sido avaliadas, faltando fazer a respetiva ata. Solicitou ao Senhor Vereador Marco Veiga que esclarecesse o assunto, assim como o da demolição da casa da rua do Calvário. -----

-----O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga esclareceu que, relativamente à questão das candidaturas PERID, a comissão esteve reunida e, entre elaborar a ata e dar conhecimento dos resultados, prevê que até à próxima sexta-feira o processo esteja resolvido. Quanto à demolição e da informação que foi possível recolher, uma vez que o funcionário que tem o processo se encontra em férias, foi efetuada uma vistoria conjunta da Câmara Municipal e Delegação de Saúde ao referido edifício da rua do Calvário, tendo sido decretado o estado de ruína; no entanto, e sem muitos detalhes, adiantou que o processo se encontra atrasado e por concluir devido ao facto de um dos proprietários ter reclamado do processo em curso. Acrescentou que, assim que tivesse em seu poder o respetivo processo, teria todo o gosto em prestar mais esclarecimentos sobre o caso. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia agradeceu as explicações, tendo solicitado que sobre o caso lhe sejam dadas as informações para o seu acompanhamento. Mais referiu que as demolições devem ser previamente apresentadas a deliberação de Câmara antes da sua efetivação. Por este facto fica a aguardar. -----

Tomou da palavra também para contrapor relativamente ao estado degradado da zona do Centro Histórico, nomeadamente, à frente da Junta de Freguesia de Santa Maria e do Largo do Chafariz em que serão cerca de cinquenta ou sessenta metros quadrados de xisto que se encontram maltratados. É preciso não esquecer que no Centro Histórico houve intervenção em mais de cinco mil metros quadrados de obras realizadas. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Proseguiu e retomando o assunto relacionado com a atribuição de um voto de louvor à Doutora Ana Rapaz, propôs atendendo ao desempenho das suas funções como coordenadora dos recursos humanos e por todas as mostras de civismo e profissionalismo demonstradas e pelas avaliações atribuídas hierarquicamente, propôs à Câmara que, pela sua valia e circunstância de mudanças de legislação quando assumiu o serviço lhe fosse dado um louvor público, solicitando que fosse colocado a votação. -----

----- O Senhor Presidente, antes de mais, esclareceu que a saída da referida funcionária da Câmara Municipal de Manteigas só se torna válida ao fim de meio ano e apenas nessa data passará a ser funcionária da outra Câmara Municipal. De seguida colocou à votação por escrutínio secreto, a proposta apresentada. -----

Os resultados da votação à proposta de atribuição de um voto de louvor à Doutora Ana Rapaz, foram apresentados, sendo votada a favor com dois votos SIM e três votos em BRANCO.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, ao analisar um documento que lhe havia sido entregue momentos antes, congratulou-se por, finalmente ter sido aprovado o financiamento para a execução do Contrato de Desenvolvimento Social. No entanto e numa apreciação bastante sumária considerou que a estrutura de custos estava bastante desequilibrada no que respeita às percentagens atribuídas, nomeadamente, sessenta e cinco por cento para despesas de pessoal, treze por cento para equipamento, que porventura já existia no Concelho e vinte por cento para ações. Na sua opinião, tendo em conta que um contrato de desenvolvimento social deve dar primazia à intervenção social, os vinte por cento destinados a ações, traduzidos em dezassete mil euros por ano, parece-lhe um valor demasiado ridículo, comparado com as despesas com pessoal.

----- O Senhor Presidente comunicou ao Senhor Vereador que essa situação já tinha sido analisada e reanalisada, no sentido de reduzir nas despesas com equipamento e pessoal e aumentar a parte correspondente às atividades; continuou dizendo que numa reunião havida com o Senhor Provedor, também ele ficou convicto de que é necessário, fazer essa redução de custos, maximizar os meios existentes no Concelho, tanto humanos como materiais, de forma a libertar receitas para as atividades do projeto. Adiantou que o projeto foi aprovado pelo Instituto da Segurança Social que, sendo extremamente críticos, fez a sua apreciação, havendo inclusivamente necessidade de efetuar uma alteração, sendo esse o documento final.-----

Ordem do Dia-----

Pedido de subsídio, formulado pelo CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas, referente à XXX Edição 12Kms. Manteigas – Penhas Douradas.-----

----- Foi presente o pedido de subsídio, formulado pelo CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas, referente à XXX Edição 12Kms. Manteigas – Penhas Douradas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 255 -
Astúria
ma
d

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso adiantou que, nada tendo contra a prova das Penhas Douradas que já se realiza há bastantes anos, assim devendo continuar, tem no entanto, muito contra a arbitrariedade na atribuição e agendamento de subsídios, uma vez que existem alguns, datados de 2010 e 2011, que ainda não foram pagos; entende que o agendamento dos pedidos de subsídio deve ser apresentado em reunião de Câmara e isso não se tem verificado muitas vezes, salientando novamente que este é um assunto já evidenciado em anteriores reuniões de Câmara pelo que, a continuar assim, passará a votar contra qualquer pedido de subsídio. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia salientou que haveria orientações da Direção Geral da Administração Local relativamente à atribuição de subsídios, através da celebração de protocolos ou contratos que permitissem a avaliação dos mesmos, tendo inclusivamente sido dito que se iria proceder à elaboração de um regulamento. Acrescentando que nada tem contra o presente processo, admitiu que fosse a falta do referido regulamento, o motivo pelo qual os subsídios da Associação Manteigas Solidária e do Grupo Desportivo de Sameiro, entre outros, ainda não tivessem sido presentes a reunião de Câmara e que já datam de 2010 e de 2011. Considerando tratar-se de uma atitude politicamente incorreta, e a não serem apresentados, na próxima reunião de Câmara todos os pedidos de subsídio mais antigos, entende não ter condições para votar favoravelmente, pelo que comunicou o seu voto contra. ---

-----O Senhor Presidente esclareceu que o que estava em causa era apenas aquele subsídio, respeitante a uma atividade concreta e desenvolvida pelo CCD e nada mais. -----

Depois de votado, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, atribuir um subsídio ao CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas, referente à XXX Edição 12 Kms Manteigas – Penhas Douradas, no valor de 16.951,21 € (dezasseis mil novecentos e cinquenta e um euros e vinte e um cêntimos).-----

Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Deliberação sobre a comparticipação das obras realizadas no bloco A, do Bairro 25 de Abril. -----

-----Foi presente o parecer nº 100/LMS, datado de 31-05-2012, referente à comparticipação das obras realizadas no bloco A, do Bairro 25 de Abril, no valor correspondente à despesa a realizar pelo Município. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que se tratava de uma fração, propriedade da Câmara, e que se apresentava para deliberação sobre o pagamento da quota-parte da Câmara na realização das obras de abertura de uma cave. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia afirmou que tinha entendido serem obras de abertura de uma cave e de utilização do sótão. Por aquilo que percebeu, considera que o sótão em questão não tem condições para ser utilizado e no que respeita à cave, não tem conhecimento de nenhum projeto elaborado e licenciado para o efeito, pelo que não tendo elementos suficientes para deliberar, vota contra.-----

----- O Senhor Presidente começou por dizer que não estava a perceber a que sótão o Senhor Vereador se estaria a referir, mas informou que não estava prevista nenhuma utilização de sótãos, mas apenas da criação de uma cave.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que de acordo com a Informação da Câmara, a obra em causa não beneficiava em nada a fração A, propriedade da Câmara, tendo em conta que o vão de ligação da fração à cave não iria ser executado. Se a Câmara Municipal não iria retirar qualquer benefício da execução das obras não se entende porque motivo deveria comparticipá-las.-----

----- O Senhor Presidente informou que esse assunto tinha sido previamente debatido, uma vez que o atual inquilino não pretendia utilizar a referida cave; no entanto, verificou-se que, tendo surgido uma petição de outros dois inquilinos para o efeito, a Câmara teria de aproveitar a oportunidade, ficando, é certo, sem utilização até que o inquilino da fração da Câmara dissesse o contrário, ou algum dos vizinhos, naturalmente, com abertura para o espaço agora construído. Depois de votado, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, atribuir 4.705,75 € para comparticipação das obras realizadas no bloco A, do Bairro 25 de Abril, valor correspondente à despesa a realizar pelo Município. -----

Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Análise e decisão no âmbito do artigo 17º, da Lei nº 22/2012, de 30 de maio (Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica).-----

----- O Senhor Presidente começou por referir que a lei em apreço não atinge o território concelhio de Manteigas, no que respeita à unificação das freguesias; no entanto, dá a possibilidade de olhar para o mesmo território de uma forma diferente, tal como foi preconizado desde que a lei começou a ser discutida. Continuou dizendo que já tinha manifestado a sua posição sobre esta matéria, nomeadamente, quanto à necessidade de consolidação do território do Concelho, inserido num projeto mais eficaz da reforma administrativa, que traria vantagens económicas à região, aos municípios e ao Governo, passando pelo aumento do Concelho de Manteigas e fazendo depender do serviço público de proximidade, populações como por exemplo da Freguesia de Verdelhos e Valhelhas. Muitas das razões já foram debatidas, tanto na reunião de Câmara, como na Assembleia Municipal pelo que, para ser efetivado, teria de se dar



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 257 -
Astúrgal
JA

cumprimento à legislação, nomeadamente, através do artigo 17º do diploma acima mencionado que dá a possibilidade de reivindicar o aumento da área territorial e consolidação do território do Concelho de Manteigas, a saber: *"os municípios que não apresentem propostas de fusão, podem propor, no âmbito da pronúncia prevista no artigo 11º e mediante acordo, a alteração dos respectivos limites territoriais, incluindo a transferência entre si da totalidade ou de parte do território de uma ou mais freguesias."* Acrescentou que, como qualquer alteração do território, a mesma teria de ser consensual entre o Município que pretende rever os seus limites e os municípios limítrofes, sendo neste caso concreto, o Concelho da Covilhã e o Concelho da Guarda. Adiantou que já havia endereçado missivas aos respetivos Presidentes de Câmara, no sentido de apurar a sua disponibilidade, interesse e vontade para um encontro no sentido de se debater a revisão do território, não tendo havido qualquer resposta até ao momento. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia recordou que este assunto já tem alguns anos, sendo que, no caso de Valhelhas, os anteriores presidentes da Junta de Freguesia eram perfeitamente afins de integrar o Concelho de Manteigas, assim como da Junta de Freguesia de Verdelhos, alguns elementos já o tinham abordado no sentido da Freguesia de Verdelhos ser integrada no Concelho de Manteigas, mas entretanto, as intenções recuaram completamente. Concorda com a metodologia adotada, de estabelecer contactos prévios com os Presidentes dos Concelhos da Covilhã e da Guarda, de forma a apurar a sensibilidade deles para este assunto.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara concluiu dizendo que pretendia então dar conhecimento dos ofícios e comunicar a sua opinião sobre a forma processual a utilizar para a condução desta matéria e dar conhecimento à Assembleia Municipal das missivas enviadas aos Presidentes de Câmara da Covilhã e da Guarda. -----

-----A Câmara Municipal de Manteigas tomou conhecimento dos ofícios enviados aos Presidentes das Câmaras Municipais da Covilhã e da Guarda, tendo concordado com o seu teor. **Conhecimento dos Atos Praticados por Delegação de Competências.**-----

-----Foi presente a relação número dez, barra dois mil e doze dos atos praticados por delegação do Senhor Presidente. -----

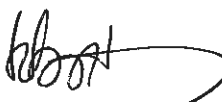
Finanças Municipais. -----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de cento e dez mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e vinte e três cêntimos (€ 110.755,30). -----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e quarenta e quatro minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhores Vereadores presentes e por mim  Maria Gabriela da Palma Gomes
Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

